

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 22 de março de 2022. A Diretoria.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

VOLTZ CAPITAL S.A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020 (Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	854	27
Clientes	5	6.918	-
Tributos a recuperar	6	32	-
Despesas pagas antecipadamente		655	-
Outros créditos		31	-
Total do Circulante		8.490	27
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imobilizado	9	1.242	-
Intangível	10	1.108	-
Total do não circulante		2.350	-
Total do ativo		10.840	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

VOLTZ CAPITAL S.A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020 (Não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	1.038	70
Impostos e contribuições sociais	12	401	122
Participação de empregados e administradores		1.406	569
Obrigações estimadas		424	49
Outros passivos		399	22
Total do Circulante		3.668	832
Não circulante			
Partes relacionadas	8	6.784	-
Total do não circulante		6.784	-
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	1.314	1
Prejuízos acumulados		(20.455)	(2.119)
Outros resultados abrangentes	13.2	(1)	-
Recursos destinados para futuro aumento de capital	8	19.530	1.313
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		388	(805)
Total do passivo e patrimonio líquido		10.840	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

VOLTZ CAPITAL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2021	2020 (Não auditado)
Receita operacional líquida	14	242	-
Lucro Bruto		242	-
Despesas gerais e administrativas	15	(18.463)	(2.119)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(18.221)	(2.119)
Despesas financeiras		(115)	-
Despesas financeiras líquidas		(115)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(18.336)	(2.119)
Prejuízo do exercício		(18.336)	(2.119)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	16	(18,60)	(2.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

VOLTZ CAPITAL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020 (Não auditado)
Prejuízo do exercício		(18.336)	(2.119)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	13.2	(1)	-
Total do resultado abrangente do exercício		(18.337)	(2.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

VOLTZ CAPITAL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020 (Não auditado)
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(18.336)	(2.119)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	8	43	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de tributos a recuperar		(32)	-
(Aumento) de clientes		(6.918)	-
(Aumento) de despesas antecipadas		(655)	-
(Aumento) de outros créditos a receber		(31)	-
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento Fornecedores		913	70
Aumento Tributos e contribuições sociais		280	122
Aumento Obrigações estimadas		375	49
Aumento Outras Contas a Pagar		1.212	591
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(23.149)	(1.287)
Atividades de investimento			
Aplicações no imobilizado	9	(1.242)	-
Aplicações no intangível	10	(1.053)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(2.295)	-
Atividades de financiamento			
Subscrição de capital		-	1
Partes relacionadas	8	6.741	-
Recursos destinados para futuro aumento de capital	8	19.530	1.313
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		26.271	1.314
Variação líquida do caixa		827	27
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	27	-
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	854	27
Variação líquida do caixa		827	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

VOLTZ CAPITAL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020 (Não auditado)
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Serviços intermediação	14	269	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais/Serviços de terceiros e outros	15	(6.430)	(276)
Outros custos operacionais	15	(3.342)	-
		(9.772)	(276)
Valor adicionado bruto		(9.503)	(276)
Valor adicionado total a distribuir		(9.503)	(276)
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta	15	8.691	1.843
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		25	-
Municipais		2	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		115	-
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(18.336)	(2.119)
		(9.503)	(276)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

VOLTZ CAPITAL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020 - não auditado		1	-	-	-	1
Prejuízo do exercício		-	(2.119)	1.313	-	(806)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - não auditado		1	(2.119)	1.313	-	(805)
Aumento de capital conforme AGOE de 30/04/2021	13.1	1.313	-	(1.313)		-
Prejuízo do exercício		-	(18.336)	-		(18.336)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	8	-	-	19.530		19.530
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos						
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	13.2	-	-	-	(2)	(2)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	13.2	-	-	-	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.314	(20.455)	19.530	(1)	388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

VOLZ CAPITAL S.A.						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2021						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2021			2020		
Receita líquida (RL)	242			0		
Resultado operacional (RO)	(18.336)			(2.119)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	7.787			786		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	393	5,05%	162,40%	15	1,91%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	1.428	18,34%	590,08%	44	5,60%	0,00%
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde	404	5,19%	166,94%	-	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9	0,12%	3,72%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.469	18,86%	607,02%	-	0,00%	0,00%
Outros	62	0,80%	25,62%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	3.765	48,36%	1555,78%	59	7,51%	0,00%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	6	-0,03%	2,48%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	80	-0,44%	33,06%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	86	-0,47%	35,54%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	(1.401)	7,64%	-578,93%	(44)	2,08%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	(1.315)	7,17%	-543,39%	(44)	2,08%	0,00%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2021			2020		
Nº de empregados(as) ao final do período	45			13		
Nº de admissões durante o período	44			13		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	6			-		
Nº de estagiários(as)	7			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	19			5		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	40,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	17			2		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	30,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	17,84			17,84		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) segue as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: (9.503)			Em 2020: (276)		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	0% governo -92% colaboradores(as) 0% acionistas -9% terceiros 193% retido			0% governo -668% colaboradores(as) 0% acionistas 0% terceiros 768% retido		
7 - Outras Informações	2021			2020		



Voltz Capital S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras do** **exercício findo em 31 de dezembro de 2021** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Voltz Capital S/A (“Companhia” ou “Voltz”), empresa integrante do Grupo Energisa, tem como principal objetivo oferecer produtos financeiros e otimizar os meios de pagamentos e serviços da área financeira, através de soluções tecnológicas. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

1.1 Efeitos COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também fizeram publicar diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no exercício de 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Ômicron tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos. Até o momento a Administração não identificou impactos relevantes em suas operações em função dos impactos da pandemia.

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.



Resultados 2021

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Clientes;
- II. Nota explicativa nº 7 - Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- III. Nota explicativa nº 9 - Imobilizado;
- IV. Nota explicativa nº 10 - Intangível;
- V. Nota explicativa nº 14 - Receita operacional líquida;
- VI. Nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- VII. Nota explicativa nº 18 - Benefícios-pós emprego

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.



3.1 Principais políticas contábeis

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b) **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter



Resultados 2021

ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Resultados 2021

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c) **Clientes** - compreendem operações de cessão crédito que são reconhecidos quando da realização dos serviços e valores faturados. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;
- d) **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Os investimentos classificados como imobilizado em curso são essencialmente relacionados a obras que estão em andamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº 9);

- e) **Intangível** - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas, cuja amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos. A amortização de softwares está sendo realizada à taxa de 20% a.a. (nota explicativa nº 10);
- f) **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.



Resultados 2021

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas;
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício de 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- g) Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Resultados 2021

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- h) Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é originada dos juros cobrados das operações de cessão de crédito e das comissões pagas pelos parceiros dos produtos e serviços oferecidos no modelo Banking as a Service (BAAS).

- i) Benefícios pós-emprego** - a Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.
- j) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- k) Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)



Resultados 2021

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40 (R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2021	2020 (Não auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	854	27
Total caixa e equivalentes de caixa	854	27

5. Clientes

	2021
Contas a receber de clientes (*)	6.918
Total - circulante	6.918

(*) Inclui R\$6.851 de direitos creditórios junto a terceiros com garantia da Energisa Tocantins Transmissora de Energisa S.A. O valor foi recebido em 21 de março de 2022.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2021
A vencer	6.888
Vencidos até 30 dias	22
Vencidos entre 31 e 180 dias	8
Total - circulante	6.918

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

6. Tributos a recuperar

	2021
Contribuições ao PIS e a COFINS	32
Total	32
Circulante	32



Resultados 2021

Referem-se a créditos de tributos a recuperar de recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada com base no lucro real conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020 (Não auditado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(18.336)	(2.119)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	6.234	720
Ajustes:		
Créditos fiscais não constituídos	(6.207)	(720)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(27)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo	-	-
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%

8. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia (EMG);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; e
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A.

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);



Resultados 2021

- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e,
- QMRA Participações S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol); e,
- URB Energia Limpa Ltda.

Transações efetuadas durante o exercício:

	Serviços contratados (Despesas) ⁽¹⁾	Saldo a pagar (fornecedores) ⁽¹⁾	Débito com partes relacionadas ⁽²⁾	Despesas com partes relacionadas ⁽²⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽³⁾
Energisa S/A	(211)	(18)	(6.784)	(43)	(19.530)
2021	(211)	(18)	(6.784)	(43)	(19.530)
2020 (Não auditado)	-	-	-	-	(1.313)

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas.

(2) O contrato de mútuo com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,5914% a.a.

(3) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

Remuneração dos administradores:

	2021
Remuneração Anual ^(a)	2.355
Remuneração da Diretoria	1.230
Outros Benefícios ^(b)	559

(a) Refere-se ao limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGE de 29 de abril de 2021.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2021, foram de R\$37 e R\$31. A remuneração média no exercício foi de R\$35.

9. Imobilizado

	Taxa média de Depreciação (%)	Saldos 2020 (Não auditado)	Adição	Transferências	Saldos 2021
Em Serviço					
Máquinas e equipamentos		-	-	1.242	1.242
Em Curso			1.242	(1.242)	-
Total do Imobilizado		-	1.242	-	1.242



Resultados 2021

10. Intangível

Intangível - software

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2020 (Não auditado)	Adição	Transferências	Saldos 2021
Em Serviço					
Custo		-	-	1.108	1.108
Em Curso		-	1.108	(1.108)	-
Total		-	1.108	-	1.108

11. Fornecedores

	2021	2020 (Não auditado)
Fornecedores Materiais (*)	38	-
Fornecedores Serviços (*)	1.000	70
Total - circulante	1.038	70

(*) Referem-se a aquisições de materiais e serviços, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços correlatos as prestações de serviços contratados de intermediação. O prazo médio de liquidação desses passivos é de 30 dias.

12. Impostos e contribuições sociais

	2021	2020 (Não auditado)
Imposto Sobre Serviços - ISS	1	-
Encargos Sociais	175	56
Contribuições ao PIS e a COFINS	21	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	181	61
Outros	23	5
Total Circulante	401	122

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital Social

O capital social é de R\$1.314 (R\$1 em 2020), representando 1.313.902 (1.000 em 2020) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$1.313, passando o capital social de R\$1 para R\$1.314, com emissão de 1.312.902 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas pela acionista Energisa S/A e integralizadas mediante a capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Energisa S.A. registrados até 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$1.313.



Resultados 2021

13.2. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de tributos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios:

	2021
Saldo inicial - 2020 e 2019	-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(2)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	1
Saldo final - 2021 e 2020	(1)

14. Receita operacional líquida

	2021
Receita operacional bruta	
Receita por intermediação	269
Total da receita operacional bruta	269
Deduções à receita operacional	
PIS	5
COFINS	20
ISS	2
Total das deduções à receita operacional	27
Receita operacional líquida	242

15. Custo e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Despesas operacionais gerais e administrativos	Total	
		2021	2020 (Não auditado)
Pessoal e administradores	8.691	8.691	1.843
Material	4	4	276
Serviços de terceiros	6.426	6.426	-
Publicidade	2.758	2.758	-
Outras	584	584	-
TOTAL	18.463	18.463	2.119



Resultados 2021

16. Prejuízo por ação

O prejuízo básico e diluído por ação no valor de R\$18,60 (R\$2.119 em 2020) foi calculado com base no resultado do exercício e a respectiva quantidade de ações.

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com partes relacionadas (notas explicativas nº 4 e 8). A Companhia entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	2021		2020 (não auditado)	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	854	854	27	27
Clientes	6.918	6.918	-	-
	7.772	7.772	27	27

Passivo	2021		2020 (não auditado)	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Fornecedores	1.038	1.038	70	70
Partes Relacionadas	6.784	6.784	-	-
	7.822	7.822	70	70

Em 2021 e 2020, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

18. Benefícios pós emprego

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade de pós pagamento, onde as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são



Resultados 2021

reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R\$2, tendo sido apurado no exercício de 2021 o montante de R\$2 referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas operacionais com o plano de saúde foram de R\$404 (R\$104 em 2020).

A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2021
Perdas atuarial sobre a obrigação atuarial	2
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2
Circulante	2

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2021
Custo do serviço corrente	2
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2021
	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS	
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,31%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS	
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado



19. Cobertura de Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O seguro da Companhia é contratado conforme os preceitos de gerenciamento de riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2021	2020 (não auditado)
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	9.115	24	18
			24	18

(*) Importância Segurada relativa ao número de segurados no mês de dezembro/2021.

20. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2021, a movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Companhia, é como segue:

	2021
Atividades operacionais	
Pagamento de Fornecedores a prazo	55
Atividades de investimentos	
Intangível - Fornecedores	55
Atividades de financiamento	
Aumento de Capital	1.313

Diretoria Executiva

Daniel Abadi Orlen
Diretor Presidente

Tiago Lins de Albuquerque Compagnoni
Diretor

José de Holanda Dantas Junior
Diretor de Tecnologia

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador
CRC MG-042523/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da

Voltz Capital S.A.

Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Voltz Capital S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme

aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9